REPÚBLICA PORTUGUESA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO E CARGOS SOCIAIS DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

Modelo Único

CARGO (artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro)

FACTO DETERMINANTE DA DECLARAÇÃO (artigos 1.º e 2.º, n.os 1 e 3, da Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro):

Início de funções em 17 outubro 2017

Cessação de funções em ——

Atualização em 2 de Novembro 2017

(Indicar apenas a data do facto que determina a apresentação da declaração)

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo ARMINDA DE OLIVEIRA MARTINS

Endereço (rua, número e andar) RUA DAS GAITEIRAS Nº8

Localidade ANTES - MEALHADA

Código postal 3050-017 *telefone ( )* 963739956

Freguesia UNIÃO FREGUESIAS MEALHADA, VENTOSA E ANTES *Concelho* MEALHADA

Bilhete de identidade n.º CC 8546477 5ZZ1 *Arquivo de* ——

Número fiscal de contribuinte 151124701 *Sexo* FEMININO

Natural de MEALHADA *Nascido em* 10 / 01 / 69

Profissão principal VEREADOR

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) CASADA COM ANTÓNIO DE OLIVEIRA MESQUITA NO REGIME GERAL DE BENS ADQUIRIDOS

Capítulo I – RENDIMENTOS BRUTOS, PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Rendimentos brutos, segundo as respetivas categorias e seus montantes, constantes da declaração apresentada para efeito da liquidação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativo ao ano de 2016 *(ou que da mesma declaração, quando dispensada, devessem constar), excluídos os rendimentos do cônjuge ou de dependentes:*

a) Rendimentos do trabalho dependente	41 909,32
b) Rendimentos do trabalho independente	
c) Rendimentos comerciais e industriais	
d) Rendimentos agrícolas	
e) Rendimentos de capitais	
f) Rendimentos prediais	
g) Mais-valias	
h) Pensões	
i) Outros rendimentos	

Capítulo II – ATIVO PATRIMONIAL

II-A – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do património imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, aí se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, ainda que estejam isentos da contribuição autárquica.
Os referidos bens são, para o efeito de declaração, identificados pela respetiva situação, indicação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição, bem como pela respetiva inscrição matricial.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

→ TERRITÓRIO NACIONAL – CONCELHO ANADIA – DISTRITO AVEIRO

(1) PINHAL E MATO INSCRITO NA MATRIZ RÚSTICA SOB O Nº 4856 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TAMENGOS, AGUIM E ÓIS DO BAIRRO

→ BENS NO CONCELHO MEALHADA – DISTRITO DE AVEIRO SITOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MEALHADA VENTOSA BAIRRO E ANTES

(2) TERRA DE SEMEADURA, INSCRITA NA MATRIZ RÚSTICA SOB O Nº 2573

(continua)

II-A – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO *(continuação)*

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

(3) PINHAL COM MATO INSCRITO NA MATRIZ RÚSTICA SOB O Nº 5328

(4) CASA DE HABITAÇÃO DE RÉS-DO-CHÃO, ANDAR, ANEXOS E QUINTAL, INSCRITA NA MATRIZ URBANA SOB O Nº 894

(5) PRÉDIO TIPO TERRENO PARA CONSTRUÇÃO INSCRITO NA MATRIZ URBANA SOB O Nº 1236 NO QUAL SE ENCONTRA EM FASE CONSTRUÇÃO FINAL UM EDIFICIO DE 2 PISOS

(6) EIRA INSCRITA NA MATRIZ RÚSTICA SOB O Nº 6584 SITA NA RUA DAS GAITEIRAS

(7) CASA DE HABITAÇAÕ DE RÉS-DO-CHÃO E ANDAR INSCRITA NA MATRIZ URBANA SOB Nº 6584

II-B – QUOTAS, AÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU OUTRAS PARTES SOCIAIS DO CAPITAL DE SOCIEDADES CIVIS OU COMERCIAIS

Estes elementos patrimoniais são descritos pela indicação da respetiva natureza, quantidade e valor nominal e pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através de menção da respetiva firma ou denominação social, sede e data de constituição. Tratando-se de sociedade irregular, é feita menção desta circunstância.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

II-C – DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rubrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

a) Barcos que se destinem a recreio ou a qualquer atividade de natureza comercial ou industrial;
b) Aeronaves, de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou mistos, ou motociclos de passageiros.

A descrição destes bens é feita através da menção da respectiva matrícula, marca, classe, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

(1) AUTOMÓVEL LIGEIRO, MARCA RENAULT MEGANE CILINDRADA 1461, A GASÓLEO, MATRICULA 86-94-XI DE 29/04/04

(2) AUTOMÓVEL LIGEIRO, MARCA ROVER X LUMEN 414 SI MATRICULA XQ-73-48 DE 20/12/91

II-D – CARTEIRAS DE TÍTULOS, CONTAS BANCÁRIAS A PRAZO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EQUIVALENTES

Consideram-se integrados nesta rubrica:

a) *As ações, quando representem uma mera aplicação de capital, as obrigações, os títulos ou certificados da dívida pública ou quaisquer outros papéis ou títulos de crédito, com exceção de letras e livranças, independentemente de terem ou não cotação na bolsa e da natureza da entidade que tiver procedido à respetiva emissão;*

b) *Os valores depositados em contas a prazo em qualquer estabelecimento bancário ou similar;*

c) *As aplicações financeiras equivalentes, entre outras, as participações em fundos de investimento mobiliários e imobiliários, os planos de poupança-reforma e os seguros de capitalização.*

A descrição dos bens abrangidos pela alínea a) é feita pela identificação dos títulos, através da menção da sua espécie e tipo, entidade emitente, quantidade, valor nominal e, sendo o caso, juro estipulado, e ainda a indicação da instituição financeira onde se achem depositados e do número da correspondente carteira.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea b) é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, número da conta, data e prazo do depósito.

A descrição das aplicações financeiras a que se refere a alínea c) é feita pela indicação da sua natureza, designação, montante e data, bem como da entidade onde hajam sido realizadas, e ainda de quaisquer outros elementos que se revelem adequados à sua identificação.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

NA CAIXA GERAL DEPÓSITOS CONTA A PRAZO Nº 0450 0146 10061, NO MONTANTE DE 39578,67 EUROS DE SALDO À DATA 10/10/17. NA CAIXA GERAL DEPÓSITOS CONTA À ORDEM Nº 0450 0146 10 400 COM 1512,22 EUROS À DATA 10/10/17. NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO CONTA A PRAZO Nº 44 296992233 COM CAPITAL 15000,00 A 6 MESES. NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO CONTA À ORDEM COM SALDO 7229,37 A 11/10/17 COM Nº 340040101589190 NA CAIXA CRÉDITO AGRÍCOLA AS CONTAS POUPANÇA REFORMA APÓLICE Nº 202-0009709 MONTANTE 1496,73 EUROS, APÓLICE 200-0024226 MONTANTE 1949,62, APÓLICE 200-0018131 MONTANTE 2016,94, APÓLICE 202-0009707 MONTANTE 1496,73 À DATA 11/10/17

II-E – CONTAS BANCÁRIAS À ORDEM E DIREITOS DE CRÉDITO, DE VALOR SUPERIOR A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS

Consideram-se integrados nesta rubrica, quer contas bancárias à ordem quer os direitos de crédito, desde que de valor superior ao produto de fator 50, aplicado ao montante do salário mínimo mensal nacional. A descrição das contas bancárias à ordem é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, do número de conta e da respetiva data de abertura. Os créditos são identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, da entidade devedora e da data do vencimento.

DESCRIÇÃO: (Indicando primeiro os bens situados no país e depois os situados no estrangeiro.)

NA CAIXA GERAL DEPÓSITOS CONTA À ORDEM Nº 045 000 8635700 COM SALDO À DATA 10/10/17 DE 45129,92 EUROS

II-F – OUTROS ELEMENTOS DO ATIVO PATRIMONIAL

Consideram-se integrados nesta rubrica os estabelecimentos comerciais ou industriais, incluindo os de indústria agrícola, de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

Capítulo III – PASSIVO

DÉBITOS QUE ONERAM O PATRIMÓNIO DO DECLARANTE
Na descrição dos débitos deve mencionar-se a identificação do credor, o montante do débito e a data do vencimento.
DESCRIÇÃO:

Capítulo IV – CARGOS SOCIAIS EXERCIDOS

CARGOS SOCIAIS
Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos sociais, nomeadamente de membro do conselho de administração, da direção, da comissão administrativa, do conselho geral, do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, ou ainda de administrador, gestor ou gerente, exercidos pelo declarante, nos dois anos que precederam a declaração, no País ou no estrangeiro, em quaisquer sociedades, empresas públicas e fundações ou associações de direito público e, bem assim, quando esse exercício seja remunerado, em fundações ou associações de direito privado. *Relativamente a cada um dos cargos declarados, é feita menção das datas de início de funções e do respetivo termo, se já tiver ocorrido.*

Cargo	*Entidade*	*Datas*	
		Início	*Termo*

Data

2/11/17

O Declarante,

Armindo de Oliveira Pacheco

Modo de apresentação da declaração (a) _____

Verificação da identidade do declarante e/ou do apresentante (b)

_____

_____

_____

_____

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração em duplicado, o qual devolvo com a presente nota de recebimento.

06 NOV. 2017

Tribunal Constitucional, ____ *de* _____ *de*____

Para efeitos de passagem de certidão

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL REPÚBLICA PORTUGUESA

(a) *Entregue pelo próprio ou por representante ou enviada pelo correio.*

(b) *Se necessário, anotando-se então o modo (nomeadamente o documento) utilizado para verificação. Tratando-se da verificação da identidade do apresentante, anotar-se-ão o respetivo nome, residência e documento de identificação.*

Artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março:

1 – As declarações de rendimentos, património e cargos sociais dos titulares de cargos políticos e equiparados são apresentadas em duplicado na Secretaria do Tribunal Constitucional, podendo ser entregues pessoalmente pelo obrigado à sua apresentação, ou por pessoa que o represente, ou ainda enviadas pelo correio, sob registo.

2 – Em caso de dúvida, a Secretaria do Tribunal Constitucional pode solicitar a aprovação da autoria da declaração ou a identificação do apresentante, o que pode ser feito por qualquer meio adequado e legalmente admitido para o efeito, designadamente pela apresentação e conferência do correspondente documento de identificação.

3 – A Secretaria do Tribunal Constitucional devolve ao declarante o duplicado da declaração, apondo no mesmo nota de recibo.